

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 15
 Data 27.12.90 Pg.: _____

Governo terá de suspender uso de DDT na Amazônia

Procurador da República abre inquérito para apurar legalidade do uso de DDT pelo Ministério da Saúde

BRASÍLIA — A Procuradoria-Geral da República determinou que o governo suspenda a partir de hoje a compra e a utilização do inseticida DDT. A portaria, publicada no Diário da Justiça, foi baixada pelo procurador da República Carlos Eduardo Vasconcelos e anuncia a instauração de inquérito civil para apurar a legalidade do uso do DDT na Amazônia pelo Ministério da Saúde no combate à malária. A Coordenadoria do Programa da Malária do ministério recebeu, no dia 6 de novembro, 3 mil toneladas do inseticida, importado da Indonésia, para ser usado em 6 milhões de residências — cerca de meio quilo do produto para cada casa — num prazo de quatro anos. O uso de DDT na região ficará suspenso até a conclusão do inquérito.

Por determinação do presidente Fernando Collor, o Ministério da Saúde reduzirá progressivamente o uso de DDT no combate à malária. “Não é fácil inverter a cultura de anos de uso, mas sabemos que o DDT é danoso e

nossa intenção é reduzir sua utilização”, afirmou o ministro Alcení Guerra. Guerra disse que a decisão do governo brasileiro contraria determinação da Organização Mundial de Saúde, que aprova o uso do pesticida em áreas endêmicas.

De acordo com o procurador Carlos Eduardo Vasconcelos, o problema não está restrito a aspectos ambientais e de saúde. Há suspeita de que a Fundação Nacional de Saúde (que encampou as atividades da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, a Sucam) teria pago um preço acima do mercado para adquirir o produto. As 3 mil toneladas de DDT não foram compradas por meio de concorrência pública que, aberta no ano passado, ainda na gestão do ministro Seigo Tsuzuki, declarou vencedora uma empresa da Índia. Dias depois, a empresa informou que não tinha condições de cumprir o contrato. A negociação ficou congelada até a posse do ministro Alcení Guerra. O Ministério da Saúde, então, convidou a empresa Montrose Bestindo Nusantara, da Indonésia, a fornecer o produto por um total de US\$ 12,5 milhões (Cr\$ 2,6 bilhões). Assim, o DDT foi adquirido a US\$ 4,2 mil (Cr\$ 693 mil) a tonelada, enquanto o

preço do mercado internacional ronda os US\$ 2 mil (Cr\$ 330 mil) a tonelada.

A malária vinha se espalhando na Amazônia até em regiões onde fora aparentemente erradicada — há milhares de casos em Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá. Nessas capitais Alcení Guerra afirma ter obtido bons resultados com medidas simples de saneamento básico e destruição de criadouros de mosquitos, mas o DDT não deixou de ser utilizado.

Outro órgão do governo Collor, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) se esforça há três meses para barrar os propósitos do Ministério da Saúde. O secretário nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, é contra a utilização do produto. O procurador da República argumentou que o Ministério da Saúde fez a encomenda sem estudo de impacto ambiental, conforme prevê o Artigo 25 da Constituição. A chefe do Departamento de Qualidade Ambiental do Ibama, Marília Marreco, contou que o instituto vem insistindo junto ao Ministério da Saúde para que obedeça a Lei 7.804. Essa lei exige uma licença do Ibama para uso de inseticidas em campanhas de saúde pública.